

O público e o privado

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**Dossiê Estado, Políticas
Públicas e o Reconhecimento
de Direitos Culturalmente
Diferenciados**

REITOR

Francisco de Assis Moura Araripe-

VICE-REITOR

Antônio de Oliveira Gomes Neto

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

José Jackson Coelho Sampaio

CENTRO DE HUMANIDADES

Marcos Antônio Paiva Colares

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Maria da Conceição Pio

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR

Alexandre Barbalho

João Tadeu de Andrade

CONSULTORES INTERNOS

João Bosco Feitosa dos Santos

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Francisco Horácio da Silva Frota

José Filomeno de Moraes

Maria do Socorro Ferreira Osterne

José Jackson Coelho Sampaio

Maria Barbosa Dias

Maria Celeste Magalhães Cordeiro

Maria Helena de Paula Frota

Sofia Lerche Vieira

Ubiracy de Souza Braga

Liduína Farias Almeida da Costa

Maria Glauciria Mota Brasil

Elba Braga Ramalho

Francisca Rejane de Bezerra Andrade

Gisafran Nazareno Mota Juca

Francisco Josênio C. Parente

CONSULTORES EXTERNOS

Manoel Domingos (UFC)

Jawdat Abu-El-Haj (UFC)

Pedro Demo (UNB)

Ronald Chilcote (University California)

Mariano Fernandez Enguita (Universidad de Salamanca)

Luiz Jorge Wernek Viana (IUPERJ)

Mauricio Domingues (IUPERJ)

Maria Alice Resende de Carvalho (IUPERJ)

Adalberto Moreira Cardoso (IUPERJ)

Paulo Filipe Monteiro (Universidade Nova Lisboa)

Maria Lucília Monteiro (Universidade Nova Lisboa)

PROJETO GRÁFICO

Clarice Frota

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Cristiê Gomes Moreira

ISSN 1519-5481

**O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral.
Conteúdo: ano 8, n.16, Julho/Dezembro, 2010**

1. Humanidades e Ciências Sociais

CDD 320.000

Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas

Universidade Estadual do Ceará



O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Tem por objetivo divulgar artigos e comunicações resultados de pesquisas e estudos na área de políticas públicas. Periódico semestral e temático, recebendo também colaborações com temas diversos, desde que relevantes para a área. A revista possui uma versão on line localizada na página www.politicasuece.com do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE com diversas informações das atividades desenvolvidas.

Correspondência

A submissão de artigos deve ser feita através do endereço eletrônico revista@politicasuece.com, para a Editoria da Revista. Correspondências via correio comum devem ser encaminhadas para: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UECE. Campus do Itaperi. Av. Paranjana, 1700, Fortaleza – Ceará. CEP: 60.740.9003

- Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas

Secretaria: Cristina Maria Pires de Medeiros

Endereço eletrônico: politicasuece@gmail.com

Tel: (85) 3101-9887

- Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas

Secretaria: Maria de Fátima Albuquerque de Araújo Souza

Endereço eletrônico: politicaspublicasuece@gmail.com

Tel/fax: (85) 3101-9880

A revista **O público e o privado** está indexada em:

Latindex | www.latindex.unam.mx

Sumários de Revistas Brasileiras | <http://www.sumarios.org.br>

Apresentação

Esta edição da revista *O Público e o Privado* reúne coletânea de textos que são resultado de pesquisas desenvolvidas dentro e fora do Brasil e que tem como objeto de reflexão as complexas situações de interação entre populações negras, quilombolas, indígenas e um amplo leque de agentes sociais situados em múltiplos espaços e campos de poder.

Em *As políticas públicas e a questão territorial do povo Mapuche: uma análise comparativa das ações dos governos Allende, Pinochet e a nova democracia*, de autoria de Sócrates Moquete Guzman e Miguel Vergara, o leitor encontrará uma reflexão acerca do tratamento dado pelo governo chileno ao povo Mapuche nas últimas três décadas. Guzman e Vergara, é válido informar, são membros do grupo étnico abordado. Embora vivam no Brasil há alguns anos, eles mantêm fortes ligações com os parentes e acompanham com interesse a situação de seu povo.

Os autores fazem referência ao prestígio do governo chileno, devido aos bons índices de erradicação da pobreza, do analfabetismo e desenvolvimento econômico, mas destacam a sua ineficiência no tratamento dos grupos étnicos existente no País. Por meio de uma abordagem das ações desenvolvidas pelo governo Allende, Pinochet e dos governos democráticos, destacam que as políticas públicas desenvolvidas sacrificam continuamente a existência dos povos indígenas. Apreciando os Mapuche, eles evidenciam a expropriação territorial que vem prejudicando esta coletividade e favorecendo as elites. Em síntese, Guzman e Vergara reconhecem que o governo chileno tem desenvolvido políticas públicas junto ao povo Mapuche, entretanto, destacam que as ações desenvolvidas se caracterizam pela centralização no poder estatal. O aspecto econômico e classista tem determinado a forma como o Estado os vê, o que representa um desrespeito ao protagonismo e a autonomia indígena. Eles defendem a necessidade do governo chileno perceber os Mapuche como um grupo étnico e destacam que isto possibilitaria o tratamento devido das questões que envolvem esta coletividade indígena.

O artigo *Angola: diversidade étnica, políticas públicas e o desafio da unidade nacional*, de Antonio Zageu Zengo e Fernando Wilson Sabonete, apresenta uma reflexão acerca da diversidade étnica que compõe o Estado angolano, vista pelos autores como um desafio contínuo para a sua manutenção. Angolanos, membros, respectivamente, dos povos Bacongo e Nhaneka-Humbi, eles nos apresentam uma reflexão decorrente da vivência da situação analisada. É válido ressaltar que o pertencimento étnico dos dois não os impede de tratar as ocorrências por meio de uma abordagem teórica apropriada, que torna plausível o ponto de vista sustentado.

Os autores consideram a diversidade étnica existente em Angola como o elemento preponderante para constituição de movimentos sociais e políticos antagônicos. A existência de uma crise identitária, decorrente da negação de liberdades fundamentais e da diversidade social e cultural presente no país, resultou na guerra civil e na constituição de inúmeros movimentos migratórios. Eles sustentam que a capacidade de dialogar com essa diversidade é uma prerrogativa para o sucesso de toda e qualquer ação que esteja voltada a construção efetiva do Estado-Nação. Alertam que a dificuldade de seguimentos da população se identificarem como membros do Estado angolano é uma conseqüência da negação da cidadania, que mina a credibilidade do poder estatal. Concluem, então, que o respeito à diversidade étnica e a inclusão das vozes silenciadas ao longo do processo de construção de Angola são indispensáveis para a constituição e consolidação de uma identidade nacional.

Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo, de autoria de Renato Monteiro Athias e Carmen Lúcia Silva Lima, apresenta reflexões sobre a urbanização das populações indígenas. Partindo da situação vivenciada pelos Pankararu que vivem em São Paulo e utilizando dados do IBGE, entre outros, os pesquisadores evidenciam a amplitude deste fenômeno, alertam que o assunto têm sido pouco considerado pelos que se ocupam do estudo das populações indígenas e evidenciam a inabilidade do Estado brasileiro em lidar com essa questão. Assim como outros trabalhadores nordestinos, os Pankararu migraram para a metrópole em busca de melhores condições de vida. Organizados como grupo étnico, passaram a reivindicar os benefícios que teriam direito como indígenas. O reconhecimento da indianidade, então, foi dificultado pela condição de migrante e favelado. Somente com muita luta é que eles superaram alguns dos dilemas e impasses que se apresentaram e passaram a ser incluídos em algumas políticas públicas e ações destinadas aos indígenas.

Beatriz Rocha Ferreira, no artigo Jogos dos Povos Indígenas: diversidades, trata dos jogos indígenas como eventos que acontecem no contexto urbano. Com nove edições, os jogos são organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, em parceria com agentes de estado. Para Beatriz atualmente os jogos constituem parte do cenário das cidades sedes e “da memória das pessoas que os assistem e chamam a atenção pelos objetivos de ‘celebrar e não competir’, jogar sem doping, sem anabolizantes, sem roubar, respeitando as diferenças, trazendo a mensagem de superação sem competir a qualquer preço estão presentes nos eventos”.

No artigo Respeito à igualdade pela diferença: o contexto das políticas públicas e a questão quilombola no Maranhão, Maria Aparecida Silva e Marivania Furtado colocam a necessidade de olharmos para o lugar que ocupa o estado nacional na implementação de ações “que garantam de maneira “igual” o direito de “todos” e respeite as especificidades dos cidadãos inseridos em sua esfera territorial”. Com base num estudo entre os quilombo de Rio Grande, no Maranhão, as autoras assinalam as contradições das políticas no âmbito da demarcação territorial e, sobretudo, refletem sobre as possibilidades e impasses de se lidar com as diferenças dentro dos marcos do Estado moderno.

Joanne Rappaport, no artigo O espaço do diálogo pluralista: a história do Programa de Educação Bilíngüe do Conselho Regional Indígena de Cauca, chama a atenção para o fato de que os estudiosos dos movimentos indígenas latino-americanos freqüentemente tratam estes movimentos como se fossem organizações homogêneas, compostas exclusivamente por índios. O texto explora o pluralismo do movimento indígena colombiano a partir da análise histórica de um caso exemplar: o Programa de Educação Bilingüe (PEB) do Conselho Regional do Cauca (CRIC), na Colômbia. Com base na análise da noção de interculturalidade, a autora sustenta que as organizações indígenas constroem diálogos com a sociedade dominante através de um processo de apropriação e reconstrução cultural que reúne ativistas tanto indígenas quanto brancos e mestiços.

No artigo Políticas Educacionais para a população negra: Uma análise global e local, Márcio Moreira Monteiro analisa a implementação de políticas educacionais para a população negra no município de Macapá – AP. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas são formuladas por um conjunto amplo de agentes, e não somente o estado. O autor detêm-se na construção discursiva destas políticas e no modo que elas estão “alinhadas a uma política de âmbito nacional e global como fruto de ações promovidas pelo governo e também por parte de organizações não governamentais, muitas vezes patrocinadoras de determinadas ações de interesses estatais e econômicos em nome de um idealismo neoliberal que propõe o que se convencionou chamar de parceria entre Estado e Sociedade Civil Organizada”.

Em Antropologia, Educação e Estado Pluricultural: notas sobre o sistema educacional brasileiro frente à pluralidade cultural, de Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza e Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento, traz uma apreciação da diversidade cultural e suas implicações no campo educacional. Utilizando dados coletados em uma escola pública de Boa

Vista, Estado de Roraima, onde há uma presença expressiva de alunos indígenas, os autores analisam a forma como tem sido introduzida a temática da pluralidade cultural no campo educacional. O estudo deste caso permite concluir que os instrumentos normativos, por si só, não garantem o respeito e o reconhecimento da pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

Encerrando esta edição, Max Maranhão, analisa de que modo nos anos 60 e 70, líderes indígenas e antropólogos emergiram dividindo o mesmo espaço no cenário político e, no momento atual, as coisas transformaram-se radicalmente, pois os indígenas assumiram o lugar de protagonistas políticos e, em certos casos, também o de pesquisadores, o que fez com que o lugar das assessorias seja definido em meio a conflitos e interesses.

Os artigos aqui apresentados possuem um traço comum. Como o leitor perceberá, eles abrigam uma análise que contempla a atuação do Estado, a implementação de políticas públicas e o reconhecimento de direitos culturalmente diferenciados. Trata-se, portanto, de uma contribuição para o debate que vem sendo travado pelos pesquisadores que se ocupam destas temáticas. Enceramos, portanto, desejando uma leitura proveitosa. Que esta edição possa acrescentar novas informações e representem mais uma possibilidade de entendimento das situações estudadas.

Max Maranhão Piorsky Aires - UECE

Carmen Lúcia Silva Lima - UFRR

Apresentação

DOSSIÊ ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECONHECIMENTO
DE DIREITOS CULTURALMENTE DIFERENCIADOS

- 13** As Políticas públicas e a questão territorial do povo Mapuche: uma análise comparativa das ações dos governos Allende, Pinochet e a nova democracia
Sócrates Moquete Guzman, Miguel Vergara
- 31** Angola: diversidade étnica, políticas públicas e o desafio da unidade nacional
Antônio Zageu Zengo, Fernando Wilson Sabonete
- 49** Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo
Renato Monteiro Athias, Carmen Lúcia Silva Lima
- 65** Jogos dos Povos Indígenas: diversidades
Maria Beatriz Rocha Ferreira
- 81** Respeito à igualdade pela diferença: o contexto das políticas públicas e a questão quilombola no Maranhão
Maria Aparecida de Moraes Silva, Marivania Leonor Souza Furtado
- 99** O espaço do diálogo pluralista: a história do Programa de Educação Bilíngüe do Conselho Regional Indígena de Cauca
Joanne Rappaport
- 123** Antropologia, Educação e Estado Pluricultural: notas sobre o sistema educacional brasileiro frente à pluralidade cultural
Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
- 143** Políticas Educacionais para a população negra: uma análise global e local
Márcio Moreira Monteiro
- 161** Assessorias antropológicas em projetos educacionais: entre o protagonismo indígena e o ideal das políticas públicas
Max Maranhão Piorsky Aires

Presentation

DOSSIER STATE, PUBLIC POLICIES AND RECOGNITION OF CULTURALLY DIFFERENTIATED RIGHTS

- 13** Public policies and the territorial issue of the Mapuche people: a comparative analysis of actions developed by the administrations of Allende, Pinochet and the new democracy
Sócrates Moquete Guzman, Miguel Vergara
- 31** Angola: ethnic diversity, public policies and the challenge of national unity
Antônio Zageu Zengo, Fernando Wilson Sabonete
- 49** Indians in the metropolis: the Pankararu in São Paulo
Renato Monteiro Athias, Carmen Lúcia Silva Lima
- 65** Indigenous Games Peoples: diversity
Maria Beatriz Rocha Ferreira
- 81** Respect to equality in It's the difference: The context of public policies and the subject quilombola in Maranhão State
Maria Aparecida de Moraes Silva, Marivania Leonor Souza Furtado
- 99** The field of pluralistic dialogue: the history of the Bilingual Education Program of the Regional Indigenous Council of Cauca
Joanne Rappaport
- 123** Anthropology, Education and Multicultural State: notes on the Brazilian educational system in face of a multicultural society
Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
- 143** Educational Politics for the black population: a global and local analysis
Márcio Moreira Monteiro
- 161** Anthropological Consultations for Educational Projects: Between the Indigenous Leading Role and the Public Policies Ideal
Max Maranhão Piorsky Aires